

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Luísa Morais de Paula

OS SUJEITOS DE COR E AS PRÁTICAS DE LETRAMENTO: Um levantamento da bibliografia sobre os espaços e condições de letramento de negros e pardos na sociedade escravista.

Juiz de Fora

2019

Luísa Morais de Paula

OS SUJEITOS DE COR E AS PRÁTICAS DE LETRAMENTO: Um levantamento da bibliografia sobre os espaços e condições de letramento de negros e pardos na sociedade escravista.

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História, do curso de História, pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Professora Dr^a. Carla Maria Carvalho de Almeida

Juiz de Fora

2019

AGRADECIMENTOS

Há quatro anos iniciei uma caminhada que me transformou. É verdade! A graduação transforma, te faz sair do lugar de conforto. Eu tive o privilégio de aprender, debater e escutar coisas que hoje fazem parte da nova pessoa que termina este capítulo, mas a história ainda continua, então não digo que é o fim.

Contudo, não se pode negar a importância desse momento, que foi longo e cheio de dificuldades no trajeto, mas de grandes alegrias, conquistas e muito aprendizado. É por esse misto de momentos e emoções que o fim da graduação é um momento muito especial. Lembrar que para chegar ao fim do capítulo muitas coisas tiveram que ser superadas e aprendidas. Sendo assim, estaria mentindo ou muito iludida se dissesse que essa conquista é só minha. A verdade é que o diploma deveria ter o nome de muitas pessoas, que caminharam e celebraram esses anos comigo, e que sem elas eu não conseguiria chegar.

Primeiramente, acredito que estar em uma universidade pública é uma experiência inigualável. Agradeço a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) por me proporcionar essa vivência, de poder encontrar pessoas tão diferentes, escutar e aprender com debates que me fizeram crescer, e principalmente, pela educação de qualidade que me preparou da melhor forma para os próximos capítulos.

Nesse espaço tive o privilégio de aprender com grandes professoras e professores. Muito obrigada aos meus professores da Faculdade de Educação e aos do Departamento de História, que foram grandes responsáveis pela minha formação. Em especial, agradeço a minha orientadora, Carla M. Carvalho de Almeida, pelas oportunidades ao longo de toda a graduação, me permitindo participar de projetos que foram muito importantes no meu desenvolvimento dentro da universidade e na escolha da minha pesquisa, sobre a qual sempre me apoiou e incentivou, me ajudando ao longo de todo processo.

O caminho da graduação também necessita de momentos leves e das amigas que nos tiram da pressão do dia-a-dia. A Beatriz, Lucas, Maria Tereza, Renata, Samara e Victor, por compartilharem os momentos mais divertidos e os desesperos do cotidiano da graduação. A minha querida amiga Júlia, por compartilharmos as melhores reflexões aos finais das semanas difíceis e por comemorarmos, juntas, esse momento.

Chegar até aqui exige superar diversos obstáculos, que durante todos os anos só foi possível com o apoio de uma família inteira. Obrigada por sempre me estenderem as mãos e me incentivarem até o último momento, das diversas Maneiras.

Aos meus pais agradeço por todo o amor demonstrado em todo o apoio, todo esforço, que ao longo desses anos me moveu para que eu pudesse retribuir tudo que fizeram por mim. Sem vocês essa caminhada não seria possível, toda celebração desse momento é nossa. A minha irmã, Bárbara, por compartilhar das conquistas e dificuldades da graduação durante todo esse tempo, me senti próxima mesmo com toda distância.

Agradeço também a família que me cederam seus lares durante os anos de distância e saudade de casa - Tia Shirley, Madrinha Alice, Padrinho Aerton, Maiara, Mateus e Emiliane. Serei sempre grata pelo espaço e principalmente por me fazerem sentir em casa durante aqueles dias.

A todos os amigos, os de sempre, que estão sempre celebrando e se alegrando com as nossas pequenas e nas grandes conquistas. Ter amigos reais é um grande privilégio, obrigada por me proporcionarem este. Em especial, agradeço ao Rafael que esteve comigo por todos esses anos, e apesar da distância esteve diariamente presente, e com todo carinho foi o melhor ouvinte que eu poderia ter.

A Deus, todo o meu amor e gratidão por estar comigo até quando eu me esqueci.

RESUMO

Junto às novas perspectivas da historiografia que, a partir da década de 1980 se voltam para a análise do papel de grupos populares dentro do processo histórico, esse trabalho se volta para as produções que se propuseram a pensar a inserção de sujeitos de cor nas práticas de letramento na sociedade escravista. Dessa forma, a pesquisa busca promover um debate sobre as produções historiográficas e as pesquisas do campo da educação, pensando as principais ideias desse novo movimento de pesquisa que se volta para a participação de negros e pardos no processo educacional entre os séculos XVIII e XIX. Nesse sentido o trabalho indica os principais espaços e condições de inserção de indivíduos de cor no mundo letrado foram destacadas nessa sociedade. A partir do trabalho do bibliográfico foi possível perceber os espaços de letramento não formais como importantes meios de contato dos sujeitos em questão com diferentes possibilidades de acesso ao letramento. Já entre espaços formais - a atuação de aulas públicas e particulares - apresentam maior presença desses sujeitos do que imaginava as abordagens mais clássicas sobre o tema.

Palavras chave: sujeitos de cor; letramento, sociedade escravista.

ABSTRACT

Along with the new perspectives of historiography that, from the 1980s on, turn to the analysis of the role of popular groups within the historical process, this work turns to the productions that proposed to think about the insertion of colored subjects in the practices of literacy in slave society. Thus, the research seeks to promote a debate about historiographical productions and researches in the field of education, considering the main ideas of this new research movement that turns to the participation of blacks and browns in the educational process between the eighteenth and nineteenth centuries. Therefor the work indicates the main spaces and conditions of insertion of colored individuals in the literate world highlighted in this society. From the bibliographic work it was possible to perceive non-formal literacy spaces as important means of contact of the subjects in question with different possibilities of access to literacy. In the meantime among formal spaces - the performance of public and private classes - present greater presence of these subjects than imagined the most classic approaches of these theme.

Keywords: subjects of color; literacy, slave society

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO 1:..... | 11 |
| AS VISÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA DOS SÉCULOS XVIII E XIX..... | 11 |
| 1.1 A SAÍDA DOS JESUÍTAS E A REFORMA DOS ESTUDOS MENORES: OS PRIMEIROS OLHARES PARA A OS ESTUDOS MENORES NA SOCIEDADE ESCRAVISTA..... | 11 |
| 1.2 OS ANOS DE 1980 E 1990: AS NOVAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS E DA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO | 14 |
| 1.3 A INSERÇÃO DE NEGROS E PARDOS NOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO E A NOÇÃO DE LETRAMENTO | 17 |
| CAPÍTULO 2:..... | 23 |
| OS DESAFIOS DO ESTUDO SOBRE O LETRAMENTO DE SUJEITOS DE COR ... | 23 |
| 2.1 OS CAMINHOS PARA A PESQUISA: OS SUJEITOS DE COR E O LETRAMENTO NA AMÉRICA PORTUGUESA DOS SÉCULOS XVIII | 24 |
| 2.2 ENTRE AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS E AS PRÁTICAS NÃO FORMAIS: O LETRAMENTO ENTRE INDIVÍDUOS DE COR NO SÉCULO XIX | 28 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 34 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 36 |

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos os diferentes momentos da historiografia da escravidão ao longo dos anos, podemos perceber grandes mudanças nas suas formas de abordagens, proporcionando novas interpretações sobre a sociedade escravista e suas complexas relações. Durante muito tempo, a escrita da história do Brasil, fora influenciada pelo método positivista. Nesse sentido dava importância para a narrativa de grandes feitos e grandes personagens da história nacional.¹ Em 1933, com a publicação de *Casa-grande e Senzala* de Gilberto Freyre, Russel-Wood destaca grandes contribuições para a análise do período escravista no Brasil e nas Américas (RUSSEL-WOOD, 2005). Freyre se propõe a observar a condição do negro e sua situação na sociedade colonial. Relacionado a este aspecto considerava a miscigenação como forma de correção das distâncias sociais, que se conservaram entre a casa-grande e a senzala (FREYRE, 2003). As ideias de Freyre foram posteriormente questionadas por outros pesquisadores que afirmaram que tal análise propunha uma visão mais branda da escravidão brasileira, com uma suposta “Democracia racial”².

Entre os anos de 1960 e 1970 novos paradigmas se apresentam para as ciências humanas. No campo da história da escravidão as abordagens da sociologia, em que se destaca a escola sociológica paulista, propõem novas interpretações, tendo como principal nome Florestan Fernandes. Diferente das interpretações de Freyre, Fernandes chama a atenção para a forma violenta e genocida da escravidão, apresentando críticas ao conceito da Democracia racial. As relações escravistas abordadas por Fernandes tem como consequência o processo de exclusão do negro na sociedade, que se reflete no processo de transição para o trabalho livre (FERNANDES, 2008).

Nas décadas de 1980 e 1990 novas perspectivas historiográficas iriam provocar deslocamentos nos territórios da história social da escravidão (MATTOS, 2008). Este processo se relaciona ao movimento de expansão dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras, que apresentaram novas áreas de pesquisa sobre o tema, influenciadas principalmente pela perspectiva da História Vista de Baixo. Essa nova

¹ Destacam-se as obras: Francisco Adolfo Varnhagen. História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal (1854) <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242428> ; Capistrano de Abreu, Capítulos de História Colonial (1907) <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf>

² Ideia defendida por Gilberto Freyre em sua obra “*Casa-grande e Senzala*” que defende que a ação dos portugueses na colonização americana teria proporcionado um modelo de escravidão mais branda.

perspectiva historiográfica, que fez sucesso entre os historiadores brasileiros, sobretudo pelos trabalhos de Edward P. Thompson³, passa a olhar outros atores, antes ignorados, como sujeitos importantes dos processos históricos. Tratava-se de tentar dar voz às pessoas comuns. Jim Sharpe caracteriza esta perspectiva historiográfica como “a ideia de explorar a história, do ponto de vista do soldado raso, e não do comandante” (SHARPE, 2011, p.40). No caso da história da escravidão no Brasil, Mattos destaca que esse novo olhar renovou a historiografia que passou a pensar o novo papel do negro.

Ao desenvolver estas análises - que pensam as complexas relações que constituíam a sociedade escravista luso-americana e ressaltam as ações desses diferentes sujeitos - esta nova perspectiva, como aponta Silvia H. Lara, se contrapõe a teses que defendem a rigidez das relações sociais estabelecidas nesta sociedade, que quase sempre eram reduzidas a senhores *versus* escravos (LARA, 2007).

Na década de 1990 o campo que se volta para o estudo da História da educação também passou por transformações. Como aponta Marcus Vinícius Fonseca, com o movimento de aproximação dessa área com a história Cultural surgem novas subáreas de pesquisa sobre a questão da escola, como a questões de gênero, a origem da docência, além de cortes mais circunscritos em espaço e tempo (FONSECA, 2007). É nesse contexto que os espaços apontados por Thaís Nívea Fonseca passam a ser analisados. A autora vai se voltar para a análise de espaços não escolares de educação, território pouco explorado pela a historiografia. Outro aspecto que se destaca na nova historiografia da educação é o olhar para novos atores participantes do processo educacional. Marcus Vinícius Fonseca analisa que os debates que envolvem a inserção de pessoas de cor na educação ainda são pouco explorados. O autor se volta para os principais trabalhos que discutem a história da educação e entende que a exclusão do negro do processo educacional presente nessa historiografia está relacionada à noção de negro como escravo (FONSECA, 2007). Fonseca entende que o problema em relação a estas análises está na ausência do debate sobre a questão racial, que para ele estava na base do sistema educacional.

Diante destas novas perspectivas - que pensam as camadas subalternas a partir de múltiplos mecanismos de inserção na sociedade e nas práticas educativas, analisados a partir

³ Silvia Hunold Lara se propõe a analisar de que maneira o trabalho de Thompson que analisa a classe operária inglesa será utilizada na historiografia brasileira para o período colonial, a autora trabalha principalmente com o conceito de paternalismo. In: LARA, Silvia Hunold. *Blowin' in The Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. Projeto Historia, São Paulo, (12) out, 1995, p. 43-56.

de novas fontes e perspectivas teóricas conferindo-lhes certa autonomia - a inserção de homens e mulheres de “cor”⁴ no mundo das letras foi uma das práticas cotidianas analisadas por estas novas pesquisas. Nesse sentido, este trabalho se volta para as questões relacionadas às condições de letramento - a partir de diferentes mecanismos - dos sujeitos de “cor”, e para perceber quais os espaços e possibilidades de inserção desses sujeitos no mundo das letras.

Este trabalho pretende apresentar um panorama geral da produção historiográfica brasileira que se dedicou ao tema do letramento dos grupos de cor na sociedade escravista. Nesse sentido os trabalhos analisados se voltam para as práticas educativas na América portuguesa, cujo período abrange principalmente a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, momento em que se buscava uma maior difusão da educação no Reino e nas conquistas, a partir das políticas desenvolvidas pelo Marquês de Pombal, influenciado pelas ideias Iluministas de uma educação mais racional sem que isso implicasse prejuízos à fé cristã.

Apesar dos avanços referentes à questão educacional de grupos marginalizados na sociedade escravista, as pesquisas referentes à temática promovem análises iniciais sobre os processos que permitiam o acesso desses sujeitos ao mundo das letras. No campo da historiografia são ainda menores os estudos que se voltam para o processo educacional de sujeitos de cor, sobretudo no que se refere ao século XVIII. Nesse processo a atuação dos negros e pardos é ainda pouco estudada, apresentando muitos aspectos ainda não discutidos. Este trabalho se justifica ao trazer os principais argumentos presentes no debate mais atual acerca do tema, tornando possível que pesquisas posteriores possam se voltar para as lacunas que o tema ainda apresenta, nos campos da educação e principalmente na historiografia. Cabe ressaltar que, por se tratar de um levantamento mais geral, permitirá observar as diferenças presentes nos diferentes períodos analisados. Outro aspecto importante se refere à possibilidade da apresentação de novas vertentes de pesquisa relacionadas à questão do letramento de sujeitos de cor, contribuindo com o movimento historiográfico que nas últimas décadas buscou valorizar a atuação desses grupos no processo histórico.

Pensando esse contexto de dificuldades que envolvem esse campo da historiografia e da História da Educação, ainda muito recentes, este trabalho procura responder: quais os

⁴ Na realidade colonial a cor nem sempre significava cor da pele, muitas vezes a cor está ligada a condição social. Também Caio Prado Júnior estabelece que cor como "socialmente definida, de acordo com a função exercida". In: FERREIRA, Roberto Guedes. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

principais espaços e condições de inserção de indivíduos de cor no mundo letrado já foram destacados pela historiografia? Partindo desta questão central, outras perguntas também são importantes no desenvolvimento deste trabalho, como: Quais os principais aspectos destacados pela historiografia sobre o assunto? Quais as fontes mais utilizadas pelos pesquisadores? Tais pesquisas apresentam relações entre o letramento e os movimentos de sociabilidade na sociedade escravista? Quais as diferenças entre as produções que se voltam para o século XVIII e aquelas que têm como foco o século XIX? Porque tão poucas produções se voltam para o tema, sobretudo em relação ao setecentos? Quais lacunas podem ser percebidas nos estudos feitos sobre o tema? Tais questões nos parecem importantes para analisar a produção historiográfica existente sobre o letramento desses grupos, a fim de construir um panorama sobre os debates já levantados sobre o tema.

Para buscar responder as questões que orientam esta pesquisa, o texto irá se estruturar em dois capítulos, tendo ao final algumas considerações sobre as questões levantadas. No primeiro capítulo será apresentado um panorama geral de como a historiografia e os trabalhos do campo da educação e da história se voltaram para a educação na sociedade escravista. Nesse sentido nos voltaremos para as abordagens mais clássicas que se voltam para uma educação exclusivamente das elites, centrada no controle de Estado e Igreja. Em seguida iniciaremos a discussão sobre as novas perspectivas educacionais e os novos grupos que aparecerem nesse processo. No capítulo dois voltaremos o olhar para a análise das metodologias e discussões levantadas pelos trabalhos recentes sobre a relação entre letramento e pessoas de cor. Além disso, o capítulo destaca as diferenças apresentadas entre esses trabalhos bem como as lacunas presentes que possibilitem pesquisas em novas vertentes sobre a temática em questão.

CAPÍTULO 1:

As visões sobre a educação na América portuguesa dos séculos XVIII e XIX

A educação na sociedade escravista sempre foi visto como algo exclusivo das elites. Nesse sentido, por muitos anos os pesquisadores julgaram ser algo quase inacessível a outras camadas da sociedade. Esses grupos privilegiados que se formavam nas letras, em muitos momentos concluíam seus estudos em Portugal⁵, tinham acesso a cargos administrativos, religiosos, jurídicos, dentre outros em que eram exigidos maiores níveis de letramento. Dentro dessa perspectiva, os pesquisadores se voltaram para a análise dos espaços formais de educação, em que apontam Igreja e do Estado como detentores do processo educacional, que, segundo afirmam, se volta para a formação dos filhos das elites locais.

1.1 A saída dos Jesuítas e a Reforma dos Estudos menores: os primeiros olhares para a os estudos menores na sociedade escravista

No ano de 1759, influenciado pelo pensamento Iluminista que se fazia presente por toda a Europa Ocidental, o Marquês de Pombal dá início às chamadas Reformas de educação⁶. No reino, bem como nas conquistas o ensino antes a cargo da Igreja, passaria para as mãos do Estado português. Laerte Ramos de Carvalho – pesquisador que se voltou para o estudo das reformas dos estudos primários no Brasil – afirma em sua tese “As reformas pombalinas da Instrução Pública” indicam que, para Pombal, as práticas jesuíticas não correspondiam mais à realidade econômica, política e cultural portuguesa (CARVALHO, 1978). Nesse sentido o autor aponta uma necessária secularização do ensino, para que estivesse de acordo com a nova cultura em Portugal. Dentro deste contexto, as terras na América também foram envolvidas no projeto de reformas, sendo um dos fatores da expulsão dos jesuítas do território.

⁵ Ver mais em: VALADARES, Virginia Maria Trindade. **Elites Mineiras Setecentistas: Conjugação de dois mundos**. 1. Ed. Lisboa: Colibri; Instituto de Cultura Ibero- Atlântica, 2004.

⁶ As ações da reforma se relacionam principalmente a simplificação do ensino do latim para os estudos menores, para que esse ocorra de forma mais breve e clara entre os alunos. Como afirma carvalho: “A preocupação básica é aí a de simplificar os estudos, de modo que os alunos possam adquirir a ciência do latim com brevidade e de uma forma que sirva de excitar em os que aprendem um vivo desejo de passarem às ciências maiores. O método de ensino deve ser breve, claro e fácil sendo indispensável, portanto, que o latim seja estudado por intermédio da língua vernácula.”p 81

O autor afirma que apesar das importantes mudanças desse processo, que incluíram novas metodologias de ensino e políticas - instituição de aulas régias e concursos públicos para professores – as reformas não pretendiam ferir os “interesses da fé religiosa”. Apesar das novas práticas buscarem aspectos mais racionais a educação, e que teriam influência no ensino do latim, do português entre outras disciplinas, não era interesse do governo português que seus súditos se afastassem da fé católica.

Autoras como Thaís Nívea Fonseca, Christianne Cardoso Morais e outros pesquisadores e pesquisadoras chamam atenção para a natureza civilizatória da educação nestes períodos. Ainda assim, tanto na atuação dos Jesuítas como do Estado sob Pombal, a função da educação, assim como outras políticas, tinha por meta o controle sobre população das conquistas. Por esta razão o contato com a doutrina da Igreja, bem como o ensino do catecismo era difundido mesmo diante do movimento de secularização educacional (FONSECA, 2009; MORAIS, 2009). Nesse sentido, Carvalho aponta ações da reforma educacional que demonstram a tentativa de manter a forma de organizar os diferentes grupos sociais:

As escolas, até o advento das reformas pombalinas, eram o meio de que lançavam mão tanto os filhos de nobres quanto os de vilões para ascender na escala social, com privilégios, benefícios e imunidades dos altos cargos da administração civil e eclesiástica. As escolas de latim, particularmente porque existentes em maior número e frequentadas pela população desprovida de recursos, constituíam o caminho para o ingresso na vida monástica e, desta forma, depauperavam as energias do trabalho e da indústria que propiciavam a riqueza e o progresso do estado civil e político. (CARVALHO, 1978, p 140)

Não apenas no campo da religião e da educação, Rafael Marquese aponta outros segmentos em que o controle do Estado se fazia presente. Segundo afirma o autor, as leis de alforria seria forma das autoridades controlarem os cativos, razão pela qual não tivemos outras revoltas como a de Palmares no Brasil.⁷

⁷ Sobre Palmares: “A Guerra dos Palmares foi um dos episódios de resistência escrava mais notáveis na história da escravidão do Novo Mundo. Ainda que as estimativas das fontes coevas e dos historiadores sobre o número total de habitantes divirjam bastante — de um mínimo de 6 mil a um máximo de 30 mil pessoas –, não há como negar que as comunidades palmarinas, dada a extensão territorial e a quantidade de escravos fugitivos que acolheram, tornaram-se o maior quilombo na história da América portuguesa. Suas origens datam do início do século XVII, mas sua formação como grande núcleo quilombola se deu apenas no contexto da invasão holandesa de Pernambuco, quando diversos escravos se aproveitaram das desordens militares e fugiram para o sul da capitania. As comunidades rebeldes que então se organizaram resistiram a diversas incursões da Companhia das Índias Ocidentais e, após a expulsão dos holandeses, a ataques das tropas luso-brasileiras. Nas décadas de 1670 e 1680, os africanos, crioulos e descendentes alojados em Palmares eram vistos pelas autoridades metropolitanas como “holandeses de outra cor”, por conta da

Diante dos princípios civilizatórios, a educação passava a ser vista como mecanismo de controle para as populações da América portuguesa. Por essa razão o ensino da religião e dos bons costumes não deveriam ser deixados de lado no contexto das mudanças no ensino. Para Carvalho essas reformas tinham o sentido de garantir utilidade à educação, para que essas estivessem a serviço da Coroa, mantendo o respeito à organização social presente naquela sociedade.

A reforma pombalina dos estudos menores foi, sem dúvida, um esforço no sentido de secularização das instituições educacionais. Longe estavam, entretanto, os seus elaboradores das ideias liberais que os reformadores do século seguinte procuraram introduzir na educação portuguesa. Seu objetivo superior foi criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa. (CARVALHO, p 139)

Como pode ser observado, a saída da Igreja como responsável pelo desenvolvimento da educação possibilita ao Estado português um maior controle do ensino. Na América portuguesa, assim como no reino, a instituição de aulas régias e os professores que as ministravam deviam fazê-lo segundo o modelo de ensino instituído pelas medidas do Marquês de Pombal. Para Carvalho, o novo método educacional - que tinha como intenção uma maior qualificação do ensino do que a quantidade - visava combater alguns avanços feitos pelo ensino quando ficara a cargo das ordens religiosas. As ações tomadas na reforma dos ensinos menores tinham como objetivo atender os interesses do Estado (CARVALHO, 1978).

As afirmações de Carvalho nos trazem importantes contribuições quando consideramos a atuação do Estado na educação durante o período das reformas pombalinas. Podemos perceber uma tentativa de controle e organização das práticas educacionais através da instituição das aulas públicas, bem como a atuação de professores régios que atuavam no reino e nas conquistas. Na América o autor apresenta um grande desenvolvimento dos estudos

ameaça que representavam à ordem colonial portuguesa na América. Sua derrota pela força das armas só ocorreu em meados da década seguinte, após um conflito secular com dois dos maiores poderes coloniais europeus do mundo moderno." (MARQUESE, 2006, p107-108).

menores, principalmente com a criação do subsídio literário⁸ em 1772, contexto no qual afirma haver uma constante de alunos presentes nas aulas régias.

Diante destes fatos, não seria de estranhar que as aulas dos professores régios perdessem o concurso dos alunos. O abandono das classes dos professores régios e o crescimento das regidas pelos ilustram-se muito bem por estes números constantes da Lista dos estudantes que aprendem Gramática Latina nas classes estabelecidas na cidade de Olinda, Vila do Recife e Povoação da Boa Vista, elaborada em outubro de 1761. (CERVALHO, p.132)

As análises desenvolvidas pelo autor, no entanto, consideram apenas aspectos de uma educação institucional, que se volta especialmente para a formação de grupos mais abastados da sociedade lusa americana – não se faz presente uma análise de grupos subalternos a esse processo educacional. Nesse sentido o período entre a atuação dos Jesuítas e as medidas tomadas pela reformas para substituir o modelo dos religiosos é entendido como um período de lacuna em relação ao desenvolvimento de práticas educativas. Se contrapondo a essa percepção, a década de 1990 apresenta novos estudos no campo da educação que se relacionam ao movimento da historiografia durante os anos de 1980. Tais pesquisas se voltam para novas percepções e práticas educacionais, além de englobarem novos grupos como parte desse processo.

1.2 Os anos de 1980 e 1990: as novas perspectivas historiográficas e da historiografia da educação

O momento de ebulição das novas perspectivas historiográficas ocorre dentro de um contexto de redemocratização e grande efervescência de movimentos sociais, dentre os quais o movimento negro, que passa a atuar na disputa das narrativas sobre o período escravista (MATTOS, 2008). As novas questões levantadas pela nova historiografia da escravidão, a partir da década de 1980, possibilitam diferentes análises que têm em comum a preocupação em pensar grupos sociais até então pouco estudados entendendo-os como sujeitos históricos. Na década de 1990 os debates entre pesquisadores da educação também promoveram novas narrativas sobre as práticas educativas, problematizando noções como de uma total exclusão

⁸ Imposto régio criado no contexto das reformas da educação no governo do Marquês de Pombal, destinado ao desenvolvimento da educação

de negros e pardos do processo educacional (FONSECA, M. 2007), além de pensar distintos espaços de desenvolvimento dessas práticas entre os diferentes grupos sociais (FONSECA, T. 2009).

Dentro dos caminhos apresentados por estas novas pesquisas insere-se a temática sobre o letramento dos grupos de pessoas cor, desenvolvida por este levantamento bibliográfico. No campo da historiografia da escravidão as novas abordagens nos apresentam uma dinâmica social composta por relações sociais mais complexas do que antes se imaginava. Em livro publicado originalmente em 1967 em inglês, Russel-Wood, já olhava para aspectos da vida cotidiana de cativos e libertos – categoria até então pouco analisada pela historiografia. Russel-Wood percebe que, apesar da grande maioria da sociedade ser analfabeta, o século XVIII apresentou um aumento do número de alfabetizados, dentre os quais podiam ser encontradas pessoas de cor que sabiam ler, escrever e contar (RUSSEL-WOOD, 2005).

Silvia Hunold Lara entende como questão primordial para essa revisão na forma de análise dos historiadores brasileiros, a utilização da categoria “paternalismo”, como definida na obra de Thompson⁹. A partir dela, a autora “compara a “*gentry*” (aristocracia inglesa) e os donos de escravos no Brasil” (LARA, 1995, p 43). Lara afirma que, dentro dessa perspectiva, as pessoas escravizadas passam a ser analisadas como sujeitos históricos, o que possibilita o olhar do pesquisador para um relação que ocorre entre sujeitos. Sendo assim as situações de dominação – que não é negada pela autora – é limitada pelas ações dos cativos, aspecto visto como conquista para a população escrava e como concessão para os senhores.

A relação de dominação e exploração que, de modo contraditória, unia horizontalmente e separava verticalmente homens e mulheres como senhores e escravos que, através de suas práticas cotidianas,..., chamamos de “escravidão”, de “escravismo”. (LARA, 1995, p. 47)

De acordo com os novos movimentos dessa historiografia Lara se volta para a sociedade setecentista abrindo o olhar para a integração dos escravos, forros e livres dentro das redes que compunham o mundo colonial. A autora apresenta aspectos de afirmação de forros que buscam se destacar na hierarquia social, buscando se afastar do universo da escravidão. Um exemplo utilizado pela autora é o exagero nas formas de vestimentas das

⁹ Para Silvia H Lara, o paternalismo no sentido utilizado por Gilberto Freyre se refere a uma análise da sociedade partindo de um olhar “de cima” idealizado nas ideias de “calor humano” e “valorização das relações pessoais” apresentados na família. Tal sistema teria contribuído para a uma “formação social plástica” e apoiado à estabilidade na casa grande.

mulheres que tinha como objetivo aparentar posição superior dentro das hierarquias, além de outras maneiras de se distinguir socialmente (LARA, 2007).

Eduardo França Paiva irá questionar o que denomina “imaginário do tronco”. O autor defende o aspecto da mobilidade social que, por sua vez, permite observar a ascensão desses grupos “subalternos” tanto do ponto de vista econômico, como social (PAIVA, 2001). A partir da constatação da existência de uma dinâmica social e econômica, Paiva chama atenção para as possibilidades de alfabetização de cativos no século XVIII, principalmente na região de Minas Gerais, exemplificada na história do mulato e oficial de carapina Manoel:

Seus senhores, o português João Gonçalves da Costa e sua esposa, moradores de Sabará, em 1778, investiram na qualificação de Manoel e deram-lhe a alforria, obrigando-o, entretanto, a servir-lhes enquanto fossem vivos “em todas as obras que foram de ofício de carapina”. (PAIVA, 2001, p 91).

Paiva se contrapõe à ideia firmada pela historiografia dos séculos XIX e XX que sustentava a “ideia de que, para além de uma pretensa incapacidade natural de negros e mestiços para as atividades intelectuais, eles nunca tiveram acesso à escrita e à leitura e nem se interessavam por isso” (PAIVA, 2003, p. 1). O autor defende que o “hibridismo cultural” - resultante dessas relações que constituem a sociedade setecentista - tem como consequência a apropriação do conhecimento, que aconteceria por meio de diferentes formas de leitura (PAIVA, 2003, p. 9), dentro de uma sociedade, em sua maioria, iletrada.

No campo da História da Educação, a análise de novas práticas educacionais também demonstra a participação de outros atores detentores do conhecimento. Thaís Nívea Fonseca apresenta espaços educacionais que vão além dos estudos clássicos sobre o tema, que apresentam tais práticas como espaços de domínio da Igreja ou do Estado (FONSECA, 2009). A autora faz críticas a pesquisas anteriores que apresentam uma concepção tradicional de educação. Nesse sentido consideram o período entre a atuação dos Jesuítas e as Reformas Pombalinas, como momento de decadência das práticas educativas na colônia. Diante dessa questão a autora vai se voltar para a análise de espaços não escolares de educação, território pouco explorado pela a historiografia. Fonseca se volta para a educação que atinge as camadas mais populares, cuja função estava atrelada ao controle social e difusão da doutrina cristã, princípios que acreditavam constituir “civilidade”. Para isso a educação profissional, para ensino de ofícios mecânicos junto ao ensino da doutrina era recurso utilizado “sem implicar a criação de possibilidades de ascensão social pela educação” (FONSECA, 2009,

n.p)¹⁰. Também destaca a atuação de mestres pagos, que durante os séculos XVIII e XIX, mesmo com a difusão das aulas régias promovidas pela Reforma Pombalina, foram responsáveis pela educação de meninos e meninas de diversas origens sociais.

Se voltando para o momento de transição entre os séculos XVIII e XIX, Christianni Cardoso Morais, se coloca junto ao movimento de pensar as políticas de escolarização de negros e forros. No mesmo movimento feito por Thaís Nívea Fonseca, a autora olha para espaços de educação mais amplos, que extrapolam os espaços institucionais para educar. Nesse sentido utiliza o conceito de letramento para definir essas práticas de inserção ao mundo das letras por essas outras vias (MORAIS, 2007). Partindo das análises de Sarita Moysés¹¹, a autora trabalha as diferentes possibilidades de leitura e escrita. Além disso, relaciona tais práticas com o saber um ofício, pensando as práticas educacionais na relação de ensino dessas funções.

Marcus Vinícius Fonseca afirma que os debates que envolvem a inserção de pessoas de cor na educação ainda são pouco explorados. O autor se volta para os principais trabalhos que discutem a história da educação e entende que a exclusão do negro do processo educacional presente nessa historiografia está relacionada à noção de negro como escravo (FONSECA, 2007). Fonseca entende que o problema em relação a estas análises está na ausência do debate sobre a questão racial, que para ele estava na base do sistema educacional. Dentro dos avanços na história da educação - principalmente com o movimento de aproximação dessa área com a história cultural iniciado na década de 1990 - surgem novas subáreas de pesquisa sobre a questão da escola, como a questões de gênero, a origem da docência, além de cortes mais circunscritos em espaço e tempo (FONSECA, 2007). Apesar dessa nova forma de pesquisar a história educacional, o autor ainda denuncia a ausência de tentar entender a presença de negros e pardos, que para ele eram a maioria nas aulas públicas e particulares.

1.3 A inserção de negros e pardos nos espaços de educação e a noção de letramento

As discussões que colocam sujeitos de cor no centro das pesquisas sobre a história educacional durante o período escravista ainda são muito recentes. No levantamento bibliográfico realizado todos os textos que se referem ao tema de forma mais específica foram

¹⁰ Utilizada a edição Kindle – posição 1661/3286.

¹¹ MOYSÉS, Sarita. Literatura e história. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 0, p. 53-62, set./dez. 1995.

produzidos apenas no início deste século¹². Isso nos permite observar que, apesar das novas perspectivas da pesquisa sobre educação, ainda levou um tempo para que os pesquisadores se atentassem para a questão racial (FONSECA, 2007). Estes trabalhos se voltam para diferentes possibilidades e espaços em que os sujeitos de cor têm contato com algum tipo de instrução, não se restringindo ao espaço formal das aulas públicas e escolas.

Para pensar as diferentes formas de inserção do mundo da cultura escrita e da leitura, os autores tem utilizado o conceito de “letramento”, relacionado à concepção mais ampla de educação. Especialista no campo da alfabetização, Magda Soares analisa o conceito, promovendo um entrelaçamento deste com o conceito de alfabetização. Para a autora constituem práticas diferentes - enquanto o letramento é definido como práticas sociais de leitura e escrita, a alfabetização se relaciona a aprendizagem do sistema de escrita – no entanto, são processos indissociáveis em suas perspectivas teóricas e práticas pedagógicas. Soares explica que:

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se *no contexto de e por meio de* práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver *no contexto da e por meio da* aprendizagem das relações fonema–grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2003, p.14)

A definição de Soares é utilizada por muitas pesquisadoras que se voltam para os estudos do letramento de pessoas de cor, entre elas Solange Silva e Sílvia Vartuli chamam atenção para o aspecto da oralidade relacionado ao letramento, presentes nas práticas cotidianas dos sujeitos. Nesse sentido, Vartuli entende o letramento como os vários usos da leitura e escrita, independente de se saber ler ou escrever (VARTULI, 2014). Nesse sentido, o letrado não necessariamente é aquele que tem o domínio da leitura e da escrita, mas aquele que de algum modo faz uso destes códigos. Silva nos apresenta um exemplo de como tais práticas ocorriam:

Na Comarca do Rio das Velhas, espaço geográfico do presente estudo, percebe-se que o universo do escrito abrigava aqueles que não sabiam ler ou escrever, mas faziam uso dessa tecnologia a seu modo e de acordo com suas conveniências em atividades cotidianas. Lidavam,

¹² Trabalhos voltados para o letramento de sujeitos de cor: Maria Cristina Cortez Wissenbach (2002); Eduardo França Paiva (2003); Kelly Lislie Julio (2007); Marcus Vinícios Fonseca (2007; 2009); Christianni Cardoso Moraes (2007); Itacir Marques Luz (2008); Solange Maria da Silva (2011); Maria Helena Bastos (2016).

pois, com as práticas de letramento ao andar pelas ruas negociando seus produtos, ao trabalhar em sua tenda de ferreiro, alfaiate ou sapateiro, ao receber encomendas e ao prestar serviços, ao fazer compras, ao vender a crédito por clarezas, bilhetes e ao possuir livros e rol com as descrições de suas dívidas e devedores, ao receber e enviar cartas, ao fazer ou pedir que fizessem seu testamento (por mais de uma vez quando não ficava de seu gosto), ao atuar em eventos litúrgicos e religiosos em suas irmandades, ao ocupar lugares e cargos de destaque, entre outras formas. (SILVA, 2011, p. 93)

Ao se voltar para a forma como as mulheres fazem uso da escrita, no contexto das Minas Gerais Colonial, Sílvia Vartuli também se volta para as práticas de letramento e desenvolve ideias de “usos sociais” para definir a relação com a escrita. Assim como Soares, a autora considera a historicidade do processo de letramento e alfabetização, nesse sentido aponta para a complexidade e diversidade do processo, que não permite simplificação ao reduzir como analfabeto¹³ o indivíduo que não lê e não escreve. Como objetivo para sua tese, busca trabalhar a relação de não alfabetizados com a escrita, questão que entende como uma lacuna para os estudos da educação. Segundo a autora, se manifesta entre os grupos não letrados uma forma de domínio da escrita e leitura que se dá através do que denomina como “escrita mediada”, na qual podem ser percebidos graus de autoria de discurso dos sujeitos ao utilizar a oralidade para dizer o que querem para os que estarão responsáveis pela escrita (VARTULI, 2014). Ao longo da tese, a autora ainda vai se voltar para a maneira como essa relação com a cultura escrita e da leitura se coloca para estas mulheres em relação à dinâmica na sociedade em que se inserem, essas questões serão discutidas no capítulo seguinte.

Ancorada no conceito de letramento a professora Maria Cristina Cortez Wissenbach, com seu texto “Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira”, chamava atenção para a importância dos diferentes espaços não escolares para o desenvolvimento das práticas educacionais entre negros e pardos. Neste sentido a autora chama atenção para espaços como os lugares de instrução para o trabalho e os contatos de redes de sociabilidades, onde destaca principalmente a atuação das irmandades leigas, muito atuantes durante o período analisado.

¹³ Para Rodrigo Azever Weimer o termo iletrado é o que melhor se encaixa para esta condição. De acordo com Weimer o fato de o indivíduo não saber juntar as letras não significa que seja analfabeta – no sentido pejorativo de ignorante – uma vez que não conhece as operações básicas para tal processo - Sobre a relação da escrita e oralidade, ver mais em: WEIMER, Rodrigo Azevedo. *A gente da Felisberta. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós emancipação*. Tese (doutorado em História)- UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Considerando tais espaços e práticas, Wissenbach também se atenta para a cultura oral, destacando sua proximidade em relação à cultura escrita.

No que se refere aos espaços de aprendizagem de ofícios, Christianni Cardoso Morais, indica que os casos encontrados por historiadores revelam que os escravos que tinham maior possibilidade de acesso ao mundo letrado eram aqueles que exerciam algum tipo de trabalho especializado. Num sentido mais amplo de alfabetização, utilizado por Antônio Vinão Frago¹⁴, inclui a capacidade de decodificar símbolos, números entre outros, nesse sentido a grande maioria desses trabalhadores tem acesso a tal tipo de letramento (MORAIS, 2007). Voltado para o século XIX, Itacir Marques da Luz, também entende que a dinâmica social, presente no mundo do trabalho e da aprendizagem de ofícios, potencializa o acesso ao conhecimento. O autor ainda defende a ideia de valorização do escravo, como negócio, afirmando que posição social do dono está relacionada com a maior possibilidade de uma especialização em ofício ou até mesmo ao maior grau de instrução e conhecimento para o cativo (LUZ, 2008). Luz ainda afirma que a especialização do escravo viabilizava uma forma de maior inserção no sistema escravista, sobretudo nos espaços urbanos.

Mas, para além da lucratividade buscada no mercado e do modo muitas vezes compulsório como se dava o aprendizado dos ofícios, os conhecimentos profissionais que os escravos iam adquirindo, acabavam proporcionando mais do que unicamente a possibilidade de sair das vistas do senhor, através da mobilidade. No ir e vir nas ruas da cidade, os ofícios que exerciam lhes abria a possibilidade maior de acessarem bem mais certos espaços e conhecimentos, como a leitura, a escrita e até mesmo os espaços escolares, podendo utilizá-los como instrumentos para “melhor viver”, o que, em outra situação, dificilmente seria possível. (LUZ, 2008, p.8)

Outro espaço destacado como favorecedor para os aprendizados não oficiais são as irmandades leigas. Para Solange Maria da Silva, é preciso considerar para além dos espaços escolares, outros espaços privados de aprendizagem. Nesse sentido a autora dá ênfase às irmandades como espaço de inserção na hierarquia social, bem como na relação de sociabilidades e novas experiências que são parte de um processo pedagógico (SILVA, 2011). Em sua dissertação a autora ainda destaca o caráter de práticas de educação moral que estão presentes, além disso, “o aprendizado dos ofícios e até das letras eram aprendidos no mundo do privado, sendo escassas as instituições para esse fim.” (SILVA, 2011, p. 65). Nesse sentido

¹⁴ VIÑAO FRAGO, Antonio. *Alfabetização na sociedade e na história*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

a autora entende o processo educacional de maneira mais ampla, apesar de tratá-lo dentro de um espaço privado, considerando fatores de experiência e sociabilidades que se encontram com a noção ampla de letramento.

Esses forros aprenderam a “ler o mundo” sobre as mais diversas maneiras e de acordo com suas necessidades e habilidades, valores e inserção nas práticas sociais e culturais, o que leva a afirmar que o tipo de habilidade que eles possuíam dependia da prática em que estavam engajados, da inserção por meio das brechas que essa leitura de mundo lhes possibilitava naquela sociedade. Não se pode negar, pois, que – apesar das distinções das “pessoas e fazendas”, da diferenciação de classe e cor em irmandades, da exigência da pureza de sangue para o preenchimento de cargos e determinados ofícios – parte dos sistemas legais, econômicos e religiosos eram acessíveis aos negros. (SILVA, 2011, p 103).

Mais ligado aos debates da historiografia, uma das primeiras produções voltadas para pessoas de cor no mundo das letras, vem do texto de Eduardo França Paiva (2003). Nele o autor chama atenção para a aprendizagem através da circularidade cultural,¹⁵ que se dá através do contato entre os diferentes grupos, algo comum na dinâmica da colônia portuguesa na América. Paiva chama a entende que tal dinâmica possibilitava diversas formas de aprendizado, valorizando aspectos da transmissão oral do conhecimento. Nesse sentido o autor também chama atenção para a educação em um sentido mais amplo do que a aprendizagem formal, aprendida nas instituições de ensino.

Os forros e seus descendentes absorveram valores e padrões cultivados pela elite colonial, trazidos quase sempre da Europa, e souberam beneficiar-se deles em diversas ocasiões. Por exemplo, não foram tão poucos assim os que sabiam ler e escrever se comparados ao analfabetismo geral da Colônia. A aprendizagem se dava no período de cativo, durante a infância ou, mais tarde, na puberdade, e os privilegiados eram sempre os homens. (PAIVA, 2003, p.5).

Em uma abordagem um pouco diferente das perspectivas anteriores, Marcus Vinícius Fonseca vai pesquisar os espaços de ensino a partir das atuações de mestres particulares e nas aulas públicas. Apesar de essa análise estar mais ligada às abordagens clássicas, devido ao uso de uma documentação mais administrativa. Fonseca apresenta um novo olhar para estes espaços. Pensando em aspectos mais demográficos, e consultando fontes censitárias – lista de

¹⁵ Troca entre as diferentes culturas, como explica Ginzburg: “... presença de fecundas trocas subterrâneas, em ambas as direções, entre a alta cultura e a cultura popular” (GINZBURG, 2016, p189).

professores e listas nominativas dos habitantes – o autor se voltará para a presença de pessoas de cor nos espaços institucionais de educação, ao considerar que estavam em maior número na sociedade daquele período. Nesse sentido, argumenta que o número desses indivíduos nas escolas de ensinos menores deveria refletir o seu número da sociedade (FONSECA, 2009), esse dado, no entanto, sofreria uma inversão no caso da educação superior.

Ao longo deste capítulo, foi possível perceber a trajetória nos campos das pesquisas em educação e pela historiografia da escravidão a respeito do letramento de grupos de cor na sociedade escravista ao longo dos séculos XVIII e XIX. Neste movimento pode-se dizer que no campo da historiografia as pesquisas ainda pouco se voltaram à especificidade do letramento desses indivíduos. Entretanto, concomitantemente ao movimento historiográfico que deu condição de sujeitos para grupos marginalizados pela historiografia, começa a se delinear um olhar mais atento dos pesquisadores para práticas mais amplas que indiquem a possibilidade do letramento destes grupos. Também pode ser destaque o uso da noção de sociabilidades e circulação cultural como importantes nesse processo. Entre os educadores, as mudanças nos rumos da pesquisa se devem principalmente às novas concepções sobre os espaços de possíveis práticas educacionais, bem como o conceito de letramento, que inserem negros e pardos e outros grupos marginalizados pelas pesquisas no mundo das letras.

Capítulo 2:

Os desafios do estudo sobre o letramento de sujeitos de cor

O estudo de grupos ditos marginalizados pela historiografia vem sendo impulsionado desde a década de 1980. Dentro desse processo a atuação de pessoas de cor na complexa sociedade escravista passou a ter papéis diversos, para além do escravo. Essa nova visão atinge os pesquisadores que se voltam para o estudo do letramento, bem como para as práticas educativas existentes neste contexto, sendo mais presentes entre as novas teses e dissertações, voltadas, principalmente, para o campo de estudos da educação.

A possibilidade de pesquisar estes grupos não se dá sem os desafios presentes quando nos voltamos para parte da população que pouco deixou registros. Nesse sentido, a escassez de fontes documentais ou o estado de degradação em que se encontram são questões que dificultam o trabalho do pesquisador que se volta para elas. No caso dos que pretendem entender o processo de letramento de pessoas de cor, o desafio se dá tanto pela documentação que se remete aos indivíduos, objetos da pesquisa, bem como de fontes que se voltem de forma específica pra a questão do letramento. Diante dessa dificuldade, este trabalho se voltou para os caminhos de pesquisadores que se propuseram a enfrentar essas questões, se questionando: quem são os sujeitos de cor abordados em suas pesquisas? De que maneira tiveram acesso às informações necessárias para responder suas questões? Quais as principais fontes utilizadas?

Em primeiro lugar, é importante levarmos em conta que a classificação em relação a cor não tem, necessariamente, relação com a cor da pele da pessoa propriamente. Segundo afirma Roberto Guedes, a cor, em uma sociedade estamental-escravista, está mais relacionada aos lugares sociais das pessoas ou das famílias. O autor aponta o uso de termos como “negro” ou “preto” para denominar escravos ou forros, ao passo que a utilização de termos como pardo, pardo livre pode ou não estar ligada ao distanciamento geracional desse indivíduo em relação ao cativo (GUEDES; 2007). Diante dessa perspectiva é possível afirmar que de acordo com a mobilidade social os indivíduos pardos poderiam se tornar brancos, brancos podiam ser considerados pardos ou pardos em negros. Esta pesquisa tem como objeto homens de cor cuja ascendência africana se fizesse presente na dinâmica de seu cotidiano, sendo assim podiam ser pardos livre, negros ou pretos em situação de cativo ou mesmo forros, portanto,

não é objetivo deste trabalho olhar para as elites que muitas vezes eram compostas por mestiços¹⁶, tendo o elemento da cor muito presente.

O outro aspecto desafiador é que as respostas para o estudo do letramento geralmente estão ligadas a indícios presentes em documentações que não se referem especificamente ao tema. No contexto historiográfico de novas perguntas, novos objetos e sujeitos, as fontes utilizadas também apresentaram novidades, seja através de novos documentos, ou mesmo outras maneiras de abordar aqueles já utilizados. Nesse sentido o uso de fontes criminais, testamentos, inventários ou fontes eclesiais, possibilitaram que pesquisadores tivessem acesso a questões mais relacionadas a camadas “inferiores” da sociedade escravista na América Portuguesa. As fontes criminais admitiram que as vozes da população marginalizada, até mesmo cativos, pudessem se manifestar como testemunhas em processos crime. Nos testamentos e inventários pode ser percebida a relação de grande parte desse grupo com o documento escrito, mesmo que não tenha sido ele o escrevente, a inserção nessa cultura possibilita perceber a participação de grupos de cor na cultura letrada. Além disso, muitos indivíduos estavam presentes em testamentos de donos ou antigos donos de cativos, que por vezes foram referenciados no processo de doação de bens, por exemplo.

Ligado a esses parâmetros os trabalhos apresentados nessa revisão se constroem principalmente a partir de uma visão de letramento e espaços de educação mais amplos, que se constroem a partir de análises de fontes indiretas ao tema. Dessa forma a pesquisa aponta para possíveis caminhos de análise desse novo objeto, cujas produções ainda são muito recentes, sendo passos iniciais para a análise dos espaços e formas de letramento de sujeitos de cor da sociedade escravista colonial.

2.1 Os caminhos para a pesquisa: os sujeitos de cor e o letramento na América portuguesa dos séculos XVIII

¹⁶ Sobre D. João V ordenar que Dom Lourenço de Almeida para que tratasse com os Oficia da Câmara que estes ensinasse seus filhos a ler, escrever e o latim através de mestres pagos, o governador responde: “Quanto ao ensino das letras, Dom Lourenço informou que prontamente convocaria os Procuradores das Câmaras, e ordenaria que pagassem “mercês para ensinar os muitos rapazes que há”. Mas, sem esperanças, receava que eles tomassem “pouca doutrina por serem todos filhos de negros, que não é possível que lhe aproveite as lições, conforme a experiência que há em todo este Brasil”(FONSECA, T. 2009; s,p) – Edição Kindle.

Em contraposição as interpretações que valorizam o “imaginário do tronco” (PAIVA, 2001) ou de uma população negra e mestiça completamente analfabeta,¹⁷ as dissertações e teses produzidas na última década propõe novas visões em relação as práticas de letramento da população de cor que permitiu sua inserção em diferentes espaços da sociedade estamental-escravista. Para que essas análises tomassem novas direções que permitissem compreender que estes grupos não se encontravam totalmente a parte do mundo da leitura e da escrita, foi necessária novas concepções dos espaços, processos e níveis de letramento nessa sociedade, que em sua maioria não possuía domínio de leitura e escrita.

Essas novas perspectivas sobre a participação de sujeitos de cor nas práticas de letramento se dá principalmente em novas perguntas a fontes que a partir das décadas de 1980 e 1990 se tornaram muito utilizadas entre os historiadores, bem como para os pesquisadores da educação com o desenvolvimento da nova forma de se pesquisar a história da educação no Brasil. Nesse sentido, o uso de testamento, inventários e fontes criminais são os principais instrumentos de pesquisa entre os especialistas. Contudo, as diferentes questões por trás de cada pesquisa apresentam diferentes caminhos para essa análise.

Na pesquisa feita por Eduardo França Paiva (2003), a utilização de fontes da justiça permitiu a análise da atuação de escravos que através do domínio da leitura e escrita conseguiram gerenciar seu próprio processo de coartação¹⁸. Nesse sentido o autor destaca a autonomia dos escravos urbanos, que segundo Paiva, apresentavam maior propensão para adquirir algum tipo de aprendizagem. O historiador defende a aprendizagem a o acesso ao letramento através do contato entre brancos e libertos, que ocorreria através da “circularidade cultural”, processo que poderia ser transmitido oralmente. Diante desta possibilidade, o autor se volta para outros tipos de leituras possíveis, segundo afirma “Se não foram leitores contumazes, vários dentre eles, tanto cativos, quanto libertos, foram, certamente, bons escutadores e excelentes transmissores orais de parte das obras mais comuns.” (PAIVA, 2003, p,9)

Outros trabalhos, como o de Maria Cristina Wissenbach (2002) também vão chamar atenção para o aspecto da oralidade no processo de obtenção da escrita. A autora, ao analisar a sociedade paulistana do século XIX, entende que o processo de aprendizagem se dava através

¹⁷ Pra Silvia Vartuli não se pode reduzir como analfabeto aquele que não sabe ler e escrever, para a autora isso faz parte de um processo complexo, sobretudo levando-se em consideração a historicidade do processo de letramento na sociedade do século XVIII.

¹⁸“Tratava-se, grosso modo, do pagamento parcelado da manumissão, podendo o coartado se ausentar do domínio senhorial durante anos seguidos.” – in: PAIVA, Eduardo França. COARTAÇÕES E ALFORRIAS NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII: AS POSSIBILIDADES DE LIBERTAÇÃO ESCRAVA NO PRINCIPAL CENTRO COLONIAL. Revista de História 133. 1995.

de espaços de trabalho ou mesmo nas ordens religiosas, lugares que propiciava o contato com as redes de sociabilidade, onde o uso da palavra escrita se aproxima das práticas orais. Wissenbach se volta principalmente para as fontes judiciais para perceber esses processos de aproximação da linguagem oral e escrita, pois era através desses documentos que a palavra de negros e escravos era ouvida, seja como réu ou testemunha.

Ainda relacionado a aspectos da oralidade na relação com as práticas de letramento, Silvia Vartuli nos coloca diante do conceito de escrita mediada. Tal prática considera a relação entre o escrevente e o indivíduo que solicita a escrita de documento ou carta. Vartuli apresenta esse conceito na relação de mulheres que sem o domínio de leitura e escrita acabam necessitando do trabalho de um escrivão para a escrita de testamentos. Contudo, a autora nota que apesar de não serem agentes da escrita, há uma relação de autoria com o que foi escrito no documento, o que demonstra uma relação entre a linguagem oral e a escrita. Nesse processo a autora entende que existe um processo ativo da escrita, sendo uma relação de “uso social” do mundo da letra que perpassa um conhecimento que atinge a vida cotidiana dessas mulheres e dos indivíduos que o possuem.

Os trabalhos até então analisados apresentam aspectos em comum, para além da questão da oralidade. Na mesma direção de autoras importantes para o estudo do letramento na sociedade escravista, como Thaís Nívea Fonseca e Christianne C. Morais, estes textos abordam espaços de ensino que estão além das instituições e práticas formais. Para o século XVIII tais análises são mais comuns, o que pode estar relacionado ao processo de institucionalização do ensino, que dava seus primeiros passos. Portanto, para esse período Fonseca chama atenção para os espaços não escolares de ensino, se voltando para este processo nas esferas das práticas sociais e culturais da vida cotidiana das camadas populares, dentre as quais a população de cor. Para essa análise a autora se volta para a análise de inventários e testamentos, em que os indivíduos analisados no trabalho estão presentes. Nesse contexto era muito comum a revelação de paternidade de filhos ilegítimos, o que promovia a ação de estratégias educativas - que se ligava a noção das estratégias familiares¹⁹ - promovendo a inserção do filho em escolas de primeiras letras ou para a aprendizagem de ofícios. Para análise do ensino voltado para a atuação de mestres, que se desenvolveu

¹⁹ Para Fabrício V. Angelo, no que tange o projeto de educação, também pode ser considerado como estratégia familiar visando uma futura distinção social para as futuras gerações, que se daria através de ganhos financeiros, culturais ou simbólicos. Tal concepção está ligada a o que o autor chama de conversão do capital cultural em capital social, simbólico e econômico. – Ver mais em: ANGELO, Fabrício Vinhas MAnini. Estratégias Educativas das Famílias em Minas no Século XVIII: algumas trajetórias Educativas. Dossê História da Educação em Processo - Dinâmicas Educativas em Minas Séculos XVIII e XIX. E-hum Revista Científica das áreas de História, Letras e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 11, nº. 2, Agosto/Dezembro de 2018

principalmente da capitania de Minas Gerais no período, a autora analisa uma documentação até então pouco conhecida, que são os autos de contas que dão as relações de pagamentos dos mestres.

Outra autora que chama atenção para os espaços não escolares é Solange Maria da Silva. Analisando a comarca de Rio das Velhas, na capitania de Minas Gerais, também no século XVIII, destaca a dimensão do ensino através das experiências e da inserção nas hierarquias sociais. Diferente do recorte de Fonseca, a autora chama atenção para outros espaços privados em que tais práticas podem acontecer, chamando atenção principalmente para as irmandades leigas como locais de inserção da educação de caráter oral, além das práticas de leitura ligadas à oralidade. Silva entende que o ensino de ofícios, bem como a educação são parte de ordenações complexas formadoras das hierarquias sociais (SILVA, 2001). Nesse sentido, tais práticas são vistas como estratégias familiares, em que a inserção no mundo da escrita está relacionada à participação das relações de sociabilidade e compadrio, que serão deixadas aos descendentes que estejam envolvidos nas teias de relações vividas em diversos espaços, dentro os quais ela destaca o das irmandades.

Desse modo, os filhos e netos dos forros, assim como as “crias da casa”, os parentes, os afilhados, os enjeitados, os ex-escravos, viram-se envolvidos em redes de sociabilidades e solidariedades. Nessa “teia” de relações, os investimentos educativos – voltados para a vivência das irmandades, para o casamento, para a aprendizagem de um ofício, para a aprendizagem da leitura e da escrita – efetivavam-se. (SILVA, 2011, p 127).

É importante observarmos que entre as produções voltadas para a análise do século XVIII, as práticas de letramento observadas estão predominantemente ligadas a espaços não institucionalizados. Nesta condição, a inserção no mundo das letras e as práticas de letramento para os sujeitos de cor – em que se destacam as atividades de cativos e forros - ocorrem principalmente através das relações sociais, sobretudo a aprendizagem através da oralidade. Tais práticas são atribuídas à “circularidade cultural” ou que se dão através do cotidiano pelo ensino de ofícios e do contato entre redes de sociabilidade, percebidos principalmente através da análise de testamentos e inventários. Para esse período a capitania de Minas Gerais é a mais analisada pelas produções da historiografia ou da educação. Esta situação pode estar relacionada ao número de documentação disponível para o estudo do período em questão, assim como à dinâmica social complexa e ao maior contato entre os diversos grupos sociais,

que caracterizam a região, como apontado pela historiografia mais recente. Estas últimas características existentes na região, teria permitido maior possibilidade do letramento pela sociabilidade ou por permitir a grupos subalternos o acesso a tais práticas.

2.2 Entre as práticas institucionais e as práticas não formais: o letramento entre indivíduos de cor no século XIX

Pensando nos espaços de sociabilidade e nas complexas relações existentes na sociedade escravista do século XIX outros autores continuaram a considerar os espaços do cotidiano como principais formas de letramento para negros, pardos e forros. O mundo do trabalho, a aprendizagem de ofícios, entre outros contatos que se davam, principalmente, nos espaços urbanos não destacados nas pesquisas que consideram todo o processo de maneira mais ampla, como na capacidade de decodificar símbolos e números (MORAIS, 2007). Nesse processo, Christianne Morais (2007), Kelly Lisllie Julio (2007) e Itacir Luz (2008) destacam a ocorrência do processo de aprendizagem através de “experiências do encontro” em diferentes espaços de convivência entre os diferentes grupos. A aprendizagem de trabalhos especializados é a forma mais destacada entre os autores como forma de acessar o conhecimento letrado em diferentes níveis.

No ir e vir nas ruas da cidade, os ofícios que exerciam lhes abria a possibilidade maior de acessarem bem mais certos espaços e conhecimentos, como a leitura, a escrita e até mesmo os espaços escolares, podendo utilizá-los como instrumentos para “melhor viver”, o que, em outra situação, dificilmente seria possível. (LUZ, 2008, p.8)

Nesse contexto, a observação seria parte de um processo educativo, pois permitiria o conhecimento de variados elementos, dentre eles aqueles ligados às atitudes morais e de virtude. Através da observação, as mulheres analisadas poderiam eleger as maneiras de se vestir, de andar, as atitudes ou algum tipo de adereço. Pois era através da observação que as mulheres tinham acesso às práticas de boas maneiras e as regras de civilidade. (JULIO, 2007, p130)

Tais pesquisas seguem o caminho de Wissenbach (2002) que relaciona tal prática ao contexto da sociabilidade urbana no período. Contudo, voltados para às transformações institucionais que atingem toda a sociedade do século XIX, inclusive no que se refere às

práticas para o desenvolvimento da educação no Brasil, outros pesquisadores se voltaram para a análise de práticas institucionais de ensino, nas quais encontraram a participação de negros e pardos.

Vista por grande parte dos autores como mecanismo de controle para as camadas subalternas desde os seus primórdios, a educação para a sociedade oitocentista é vista desde os primeiros anos como forma de civilização. Ainda influenciada pelos princípios das Reformas Pombalinas – que tem algumas de suas ações mantidas no reinado de D. João VI – no Brasil do século XIX as aulas públicas – estrutura mantida das aulas régias do século XVIII – foram os principais meios de educação difundidos entre reino e ultramar. No período que se inicia, com mudanças significativas relacionadas a presença da Família Real no Rio de Janeiro. O campo da educação importa ideias de civilização que se pretende difundir entre os diferentes grupos da sociedade, questão pretendida entre as elites²⁰, tendo influência das ideias civilizatórias e liberais vindas da França (MORAIS, 2009).

No contexto de difusão dos ideais de civilização das camadas populares, mudanças na política educacional buscaram promover os princípios que se faziam presentes naquele contexto. Tornando a educação mais institucionalizada e difusora das ideias liberais e civilizatórias, através da lei de 15 de outubro de 1827²¹, D. Pedro decreta:

Art 1º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias.

Art 2º Os Presidentes das provincias, em Conselho e com audiencia das respectivas Camaras, emquanto não tiverem exercicio os Conselhos geraes, maracarão o numero e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em logares pouco populosos e remover os Professores dellas para as que se crearem, onde mais aproveitem, dando conta á Assembléa Geral para final resolução.

²⁰ Periódico “O Astro de Minas” de São João Del Rei, promove a ideia de uma elite que deve ser educada para cumprir o papel desse guia da sociedade no caminho da civilização - destaca uma educação/instrução para cada estrato social. Ver mais em: MORAIS, Christianni Cardoso. Posses e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850). Tese (Doutorado em Historia). 2009. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

²¹ Lei de 15 de outubro de 1827 - Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Ver documento completo In: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>

Art 4º As escolas serão de ensino mutuo nas capitaes das provincias; e o serão tambem nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fôr possível estabelecerem-se.

Art 5º Para as escolas do ensino mutuo se applicarão os edifficios, que houverem com sufficiencia nos logares dellas, arranjando-se com os utensillios necessarios á custa da Fazenda Publica e os Professores; que não tiverem a necessaria instrucção deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados nas escolas das capitaes.

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Cosntituição do Imperio e a Historia do Brazil.

Com essas medidas a educação passa a ser organizada de maneira mais institucional, valorizando os espaços urbanos e mais populosos. Passam a ser determinados locais para a atividade, ordenado de professores, bem como a exigência do que deve ser ensinado nas aulas, sendo importantes: a leitura, a escrita, aritmética gramática, a História do Brasil, além da doutrina cristã católica, entre outras determinações que fazem parte dessa nova fase do ensino.

Com pesquisas que discutem a participação de sujeitos de cor nas instâncias mais formais de ensino, as pesquisas de Marcus Vinicius Fonseca (2007; 2009) e Maria Helena Bastos (2016) destacam principalmente a presença desse grupo nas aulas públicas. Uma importante diferença destes trabalhos em relação aos que analisam a relação do letramento no cotidiano e nas relações sociais, muito comuns para falar de letramento nos setecentos, se refere às fontes utilizadas. Para a análise de uma educação mais institucional e controlada pelo estado os pesquisadores recorrem a documentos de instrução pública. No caso de Bastos esse tipo de documentação se une a análise de jornais nos quais circulavam anúncios oferecendo o serviço de cativos que exerciam algum ofício, informando se este tinha ou não o domínio da leitura e escrita. Percebe-se no estudo da autora que apesar de considerar os espaços formais de ensino do século XIX como principal aspecto de sua análise, a autora perpassa outros momentos da prática educacional na sociedade escravista, dessa maneira percebe que as práticas para além do espaço escolar também faziam parte desse processo, como no caso dos espaços de trabalho nos meios urbanos (BASTOS, 2016).

A expansão dos impressos permite que vários grupos entrem em contato com eles e de diversas maneiras, introduzindo-os direta ou indiretamente nos processos de comunicação que realizam. (BASTOS, 2016, p. 748).

Em relação ao ensino oficial a autora vai destacar o processo de exclusão da população negra, que mesmo que não sofresse um impedimento legal era afastada do processo de ensino. Contudo em poucos momentos conseguiram ultrapassar essa barreira e se aproximar das escolas e dos processos de ensino que permitiam a ascensão social desses grupos, que para a autora se dava através da inserção em carreiras militares ou religiosas, por exemplo.

Esses esparsos indícios de educação e de instrução primária e/ou profissional de escravos e libertos atingiram uma parcela ínfima da população afrodescendente, que conseguiu romper com as amarras do sistema. No entanto, temos de ter consciência de que os documentos conservados tornaram mais latente a “invisibilidade dos negros” na história e, especialmente, na história da educação. (Idem, p 762)

Os trabalhos de Marcus Vinícius Fonseca já apontam de forma mais específica para a os espaços das aulas públicas ou de mestres particulares, indicando as práticas formais de ensino mais adotadas durante o período. Assim como os autores voltados para o século XVIII, principalmente, Fonseca se volta para a região das Minas, onde afirma haver uma predominância de negros nas escolas de primeiras letras, assim como pode ser percebido em outros espaços da sociedade mineira no contexto escravista (FONSECA, 2009). Para debater a questão racial que, para o autor, não se faz presente nos trabalhos sobre educação, utiliza como recurso, fontes numéricas que comprovem a proporção da população de cor nos espaços oficiais de ensino. Nesse sentido a utilização de documentos censitários, como: lista de professores, lista nominativas de habitantes e que são relacionados aos relatos dos viajantes sobre a participação de negros e pardos na sociedade mineira, são utilizadas como forma de validar as hipóteses.

Portanto, a seleção dessas listas permite a elaboração de um perfil racial das escolas de forma semelhante ao que construímos a partir dos registros produzidos pelos professores, pois quando cruzamos as informações contidas no campo referente à ocupação com aquele que registra a qualidade, é possível avaliar o grupo racial de cada indivíduo que foi assinalado na condição de aluno. (FONSECA, 2009, p 592)

O autor chama atenção para a grande participação dos negros e crioulos nos espaços escolares, que em muitos momentos tinha número superior ou próximo a de brancos, o que proporcionava um estranhamento para os viajantes, que segundo o autor “é o testemunho da presença e da capacidade de circulação dos negros na sociedade mineira” (FONSECA, p. 588), possibilitando a afirmação destes sujeitos nos espaços sociais.

Isso pode ser entendido como uma tentativa de afirmação no espaço social e, também, uma maneira de certos extratos da população negra demarcarem seu distanciamento do mundo dos escravos ou do domínio dos códigos de conduta das pessoas livres. Ou seja, pode ser que os negros livres — que era um grupo de pessoas que sempre podia ser confundido com os escravos — foram os que mais rapidamente compreenderam o valor social da experiência escolar e a utilizou como mecanismo de afirmação sociorracial. (idem, p 596)

Apesar de apontar a participação elevada desses grupos na educação pública, Fonseca chama atenção para aspectos de hierarquização presentes nas salas de aula, percebidas nas listas de professores – que mostram diferentes expectativas em relação aos alunos de acordo com seu grupo social – e na inversão dessa proporção quando vemos o número de pessoas de cor no ensino superior diminuir consideravelmente, tendo aí uma maioria branca (FONSECA, 2009). O que o trabalho de Fonseca não consegue nos dizer é a razão dessa inversão, questão que a historiografia e o campo da educação não se voltaram de forma mais atenta.

Fora do eixo sudeste, a análise de Klebson Oliveira sobre a participação da população “excluída” e sua relação com a língua apresentam análise da educação no século XIX destacando a participação de livres “não-brancos” no contexto de um ensino formal, com o aumento das aulas públicas e a atuação de mestres pagos na Bahia durante os oitocentos. O autor chama atenção para o fato de este grupo fazer parte dos sujeitos alfabetizados em diversas paróquias entre as quais a capitania se organizava, contudo afirma que o aspecto formal da educação ainda era espaço das elites brancas, sendo pequena a participação dos grupos de cor livres. Para tal análise a autora analisa depoimentos de professores que atuaram

no período, e censos²² que permitiram observar o número de alfabetizados dentre as populações das paróquias (OLIVEIRA, 2005).

Entre a população escrava, excluída dessa análise, Oliveira chama atenção para a sua ausência em espaços oficiais de ensino, que na Bahia fora proibido até 1881, 7 anos antes de abolição (OLIVEIRA, 2005). Diferente das dinâmicas apresentadas na capitania mineira, a capital da Bahia, Salvador, espaço urbano, contava com apenas 1% dos escravos que ali viviam sendo alfabetizados. Tal característica, apesar de existente, era considerada como algo excepcional. Oliveira aponta caminhos para a possível alfabetização de escravos: na casa do senhor – possibilidade se dava devido a aproximação de alguns escravos com seus senhores, o que facilitaria o processo de acesso a leitura e escrita -; através da aprendizagem de ofícios especializados – algo raro entre escravos na região, sendo que a maioria dos ofícios não necessitava de especialização -; os espaços das irmandades também como local possível de acesso ao letramento. Entre os negros livres, Oliveira indica maior possibilidade de inserção no mundo das letras através desses caminhos, contudo não indica que isso tenha ocorrido em grandes números.

Em linhas gerais o que os trabalhos que se voltam para a relação do letramento com grupos de cor na sociedade escravista durante o século XIX destacam, é que, neste período a relação com os espaços formais de ensino ficam mais presente. Contudo, a presença de negros – escravos ou livres – é algo ainda a ser discutido. Com relação às diferentes regiões, podemos notar mecanismos semelhantes existentes nas regiões de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia do século XIX, dentre as quais, a região baiana apresentava maior dificuldade de acesso ao letramento entre as pessoas de cor, seja através dos espaços institucionais ou dos caminhos informais de acesso a tal prática.

²² Analisa especificamente o censo de 1872 – também utilizado por Kátia Mattoso em seu trabalho “*Bahia século XIX: uma província do Império*”, de 1992.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida neste trabalho teve como intenção analisar os trabalhos que se voltaram para discussão sobre a participação de sujeitos de cor no processo de letramento. Ao longo desse processo foi possível perceber a grande concentração desses trabalhos entre os pesquisadores da história de educação, sendo pouco desenvolvidos no campo da historiografia. Além disso, chama atenção o fato de serem produções muito recentes, em sua maioria, desenvolvidas na primeira década deste século. Nesse sentido, o levantamento desta bibliografia se faz importante, para que possamos ter acesso aos termos nos quais esse debate se inicia.

De modo geral foi possível percebermos que diferentemente da historiografia tradicional - que colocava o grupo destacado ausente do processo educacional e, portanto, não inseridos em práticas de leitura e escrita – os novos autores se colocam junto às novas interpretações da historiografia da escravidão afirmando a presença desses indivíduos nos diversos espaços da sociedade dos séculos XVIII e XIX. Não sendo diferente, nos espaços letrados podemos ver que negros, pardos, crioulos, utilizaram de diferentes mecanismos para ter acesso ao mundo das letras. Nesse sentido, é importante apontar que a pesquisa nos possibilita afirmar que as práticas educativas na sociedade escravista não se resumem àquelas que ficaram a cargo da Igreja e posteriormente do Estado.

Diferentemente do que foi afirmado durante muitos anos pela historiografia, os novos trabalhos sobre letramento vem demonstrando a participação dos indivíduos de cor em espaços não institucionais, bem como nos espaços formais, como as aulas públicas e o ensino através de mestres pagos. Entre as práticas não formais, as mais trabalhadas pelos autores, se dá através de fontes indiretas ao tema – testamentos, inventários, fontes criminais – e nos permitem perceber o acesso às diferentes formas de leitura. Tais práticas ocorriam em espaços, como: os destinados ao trabalho, das relações de sociabilidade presentes nas irmandades religiosas, além de espaços de relações cotidianas com os diferentes grupos sociais. Destaca-se ainda nestes estudos, a relação com a oralidade e o “uso social” de tal prática, na qual fica evidente a importância social de estar inserido neste processo. No que tange às estratégias familiares e às situações de afirmação social e afastamento do passado cativo. Dentre os espaços formais, que se desenvolvem ainda mais no século XIX, auxiliada por legislação que coloca o Estado em uma relação de maior participação no desenvolvimento da educação, também foi possível perceber a participação de sujeitos de cor. Neste aspecto, as

questões regionais e temporais diferenciam mais a participação desses sujeitos, que em algumas abordagens aparecem em grande proporção, enquanto outros autores defendem as raras situações em que essa participação ocorre.

É importante considerar que essas pesquisas fazem parte de um primeiro movimento no sentido de analisar a participação e a inserção de grupos marginalizados nas práticas de letramento. Por esta razão algumas questões ainda foram pouco desenvolvidas, principalmente em relação ao período discutido. Neste aspecto, questões como a proporção da participação desses indivíduos nas práticas de letramento, ou, a razão para que a presença desses sujeitos se torne ainda mais apagada em níveis superiores de ensino ainda não apresentam análises mais detidas. Tais questões se relacionam a dificuldade de fontes, uma das razões pelas quais podemos atribuir o pequeno número de produções que se voltam para a temática.

Portanto, podemos afirmar que a bibliografia analisada trabalha diferentes espaços de inserção de negros, pardos, crioulos na prática de letramento, reafirmando as diversas formas de participação dos mesmos nas complexas relações estabelecidas pela sociedade estamental e escravista organizada nos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, a análise de sua participação nos diversos espaços para o acesso ao mundo letrado, permite um novo olhar sobre a presença da cultura letrada nessa sociedade, bem como às práticas de letramento presentes nos diversos grupos organizados, nos quais se faziam presentes os sujeitos de cor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. **Estratégias Educativas das Famílias em Minas no Século XVIII**: algumas trajetórias Educativas. Dossiê História da Educação em Processo - Dinâmicas Educativas em Minas Séculos XVIII e XIX. E-hum Revista Científica das áreas de História, Letras e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 11, nº. 2, Agosto/Dezembro de 2018 – [www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index). acesso em 02/01/2019.
- BARBOSA, Marialva C. Escravos letrados: uma página(quase) esquecida. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** | E-compós, Brasília, v.12, n.1, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/371/325>. Acesso em: 19/02/2019.
- BASTOS, Maria Helena C. A EDUCAÇÃO DOS ESCRAVOS E LIBERTOS NO BRASIL: Vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.2, p. 743-768, maio-ago. 2016.
- BERGAMINI, A. Escravos: escrita, leitura e liberdade. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, Sao Paulo, v.35, n.71, p.115-136, 2017. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/633/404>. Acesso em: 22/02/2019.
- BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial. **Revista Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, BA, v. 7. n. 1, p. 85-102, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/issue/view/22>>. Acesso em: 22/02/2019.
- FERREIRA, Roberto Guedes. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. I. 3ª Ed. São Paulo: Globo. 2008.
- FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. História cultural e história da educação na América portuguesa. **revista brasileira de história da educação** nº 12 jul./dez. 2006. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38627/20158>. Acesso: 25/02/2019.

- _____. **Portugueses em Minas Gerais no século XVIII: cultura escrita e práticas educativas.** Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. MNEME - Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. p. 10-21. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acessado em: 13/04/2018.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 535-544, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 16 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000300009>.
- _____. **Letras, ofícios e bons costumes - Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa.** Autêntica Editora. 2009. (Edição do Kindle).
- FONSECA, Marcus V. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n.13. SP: Sociedade Brasileira História da Educação, 2007. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/viewFile/38616/20147>. acessado: 13/04/2019.
- _____. O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 585-599, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022009000300012&lng=en&nrm=iso>. access on 13 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022009000300012>.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1). ISBN 9788526008694.
- FURTADO, Junia. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes – o outro lado do mito.** São Paulo: Companhia das Letras; 2009.
- JULIO, Kelly Lislíe. **Práticas educativas e sociabilidades: mulheres forras em São João Del-Rei e São João Del-Rei(1808-1840).** Dissertação apresentada ao Programa e Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Educação. 2007. URI: <http://hdl.handle.net/1843/FAEC-85SQLG>. Acesso: 18/04/2019.
- LARA, Silvia Hunold. **Blowin'in The Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil.** Projeto História, São Paulo, (12) out, 1995, p. 43-56. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11300/8283>. acessado 13/04/2019.
- _____. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- LEIS MINEIRAS DE 15 DE OUTRUBRO DE 1827 – Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio .In: **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827**, Página 71 Vol. 1 pt. I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>
- LUZ, I. **OFÍCIOS DECLARADOS, LETRAS SUTIS: PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA ENTRE ESCRAVOS URBANOS (1830-1850)**. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju: UFS/ UNIT, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/787.pdf>. Acessado em: 10/01/2019.
- MATTOS, Hebe. O olhar do historiador: territórios e deslocamentos na historiografia da escravidão no Brasil. In: HENZ, Flávio; HARRES, Marluza. **A História e seus territórios**, 2008.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 107-123, Mar. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007>.
- MORAIS, Christianni Cardoso. **Posses e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)**. Tese (Doutorado em Historia). 2009. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2009/32001010043P1/TES.PDF>. acessado: 13/04/2019.
- _____. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 12, n. 36, p. 493-504, Dec. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 13 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000300008>.
- OLIVEIRA, Klebson. **Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Letras. Salvador/ BA. 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12042>. Acesso: 28/04/2019.
- PAIVA, E.F. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte; Editora UFMG; 2001.
- _____. **Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América Portuguesa**. In: Colóquio Internacional: política, nação e edição. Belo Horizonte: PPGH-UFMG,

2003. Disponível em: https://www.academia.edu/8567757/Leituras_im_poss%C3%ADveis_negros_e_mesti%C3%A7os_leitores_na_Am%C3%A9rica_portuguesa. Acessado em: 10/01/2019.

RANGEL, Ana Paula dos Santos. **VILA RICA DOS “PRETOS”: SOCIABILIDADE E ESTRATÉGIAS ESCRAVAS EM MINAS COLONIAL (1755-1815)**. Monografia de Conclusão de curso em Bacharel e Licenciatura em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiza de Fora. 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/historia/files/2013/11/2006-VILA-RICA-DOS-%E2%80%9CPRETOS%E2%80%9D-SOCIABILIDADE-E-ESTRAT%C3%89GIAS-ES CRAVAS.pdf>. Acesso: 18/04/2019

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 473 p. ISBN 8520006264.

SILVA, Fabiano Gomes da. **Viver honradamente de ofícios: trabalhadores manuais livres, garantias e rendeiros em Mariana (1709-1750)**. 2017. 380 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5931>. Acesso: 18/04/2019.

[SILVA, Gleidson](#) y [AMORIM, Simone Silveira](#). Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Interações** (Campo Grande)[online]. 2017, vol.18, n.4, pp.185-196. ISSN 1518-7012. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i4.1469>. Acesso: 12/01/2019.

SILVA, Solange Maria da. **Estratégias e práticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas, século XVIII**. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/FAEC-8MSH5T>. Acesso: 13/04/2019.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n.25, p.5-17, Apr. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 01 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **Elites Mineiras Setecentistas: conjugação de dois mundos**. 1.ed. Lisboa: Colibri; Instituto de Cultura Ibero Americana, 2004.

VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. **POR MÃOS ALHEIAS: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial**. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014

WEIMER, Rodrigo Azevedo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós emancipação -

Tese (doutorado em História)- UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

WISSENBACH, M. C. C.. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 4, p. 103-122, 2002.
Disponível:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4541181/mod_resource/content/0/wissembach.pdf